

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Nº 0006/AM/12, de 14/10/2012**

Aos catorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, estando presentes José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Francisco Pires Brilhante, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Maria da Conceição Freitas Anastácio, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Anézio Gonçalves Ferreira, Cristina Portela Fragoso, Joana Carreira Revez Pereira Coucelo, Odete Marise dos Santos Alves, João André Varela Coelho, Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Pedro Miguel Serra Santos, João Pedro Monteiro Ferreira Gonçalves, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Énio Bruno Antunes Mota, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Encargos com Ação Social Escolar – 1.º Ciclo – Ano letivo 2012/2013 - Autorização para assunção de compromissos para os exercícios seguintes;

Ponto 2 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do parque de viaturas e máquinas – Proc.º n.º 14/2012 - Autorização para assunção de compromissos para os exercícios seguintes;

Ponto 3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Aquisição de equipamento informático (Multifunções) e respetivo contrato de manutenção – Assunção de Compromissos para os exercícios seguintes;

Ponto 4 – Agregação de Freguesias – Pronúncia da Assembleia.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dra. Ana Gonçalves, Dra. Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão, Dr. Adelino Mendes e o Dr. Carlos Lopes.

Presidiu à sessão José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Carlos Alberto Ferreira da Silva como 1.ª secretária e Teresa Maria Rodrigues Guapo como 2.ª Secretária.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleitos pela lista do PSD – Fernando Silva, Américo Ferreira, Eliana Jorge Cordeiro Varalonga e Carlos Manuel Simões Cardoso, que solicitaram justificação das faltas as quais foram consideradas justificadas pela Mesa.

De seguida informou ter recebido um comunicado do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas, informando que não podia estar presente na sessão, nomeando em sua representação o Énio Bruno Antunes Mota, membro da Junta de Freguesia.

Mais informou que o membro da bancada do PS, Armindo Lopes Carolino, pediu substituição tendo sido chamado o cidadão imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista, João Pedro Monteiro Ferreira Gonçalves, o qual, estando presente na sala, foi chamado a ocupar o seu lugar.

Ponto 1 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Encargos com Ação Social Escolar – 1.º Ciclo – Ano letivo 2012/2013 - Autorização para assunção de compromissos para os exercícios seguintes.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia. **Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção do respetivo compromisso para a despesa relativa a exercícios seguintes, de harmonia com o solicitado.**

Ponto 2 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do parque de viaturas e máquinas – Proc.º n.º 14/2012 - Autorização para assunção de compromissos para os exercícios seguintes.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia. **Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção do respetivo compromisso para a despesa relativa a exercícios seguintes, de harmonia com o solicitado.**

Ponto 3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Aquisição de equipamento informático (Multifunções) e respetivo contrato de manutenção - Assunção de Compromissos para os exercícios seguintes.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia. **Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção do respetivo compromisso para a despesa relativa a exercícios seguintes, de harmonia com o solicitado.**

Ponto 4 – Agregação de Freguesias – Pronúncia da Assembleia.

No âmbito da Lei, que aprova o regime jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, as bancadas com assento na Assembleia Municipal debateram a temática da agregação de Freguesias no Concelho de Pombal, tendo sido elaborado, em consenso, um documento que a seguir se transcreve:

“PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE POMBAL SOBRE AGREGAÇÃO DE FREGUESIAS

Considerando que:

1.º

a Lei nº 22/2012 de 30/05/2012, que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, assenta em critérios arbitrários e pouco concretizados para a agregação de freguesias e é fortemente penalizador da autonomia dos órgãos das autarquias locais;

2.º

a presente Lei não define as novas competências e recursos financeiros das freguesias;

3.º

a presente Lei não contribui para a dignificação das freguesias e do papel dos Presidentes de Junta;

4.º

o parecer proferido pela Câmara Municipal de Pombal, na sua reunião de 12/10/2012, foi no sentido de manter o respeito pelas decisões das Assembleias de Freguesia;

5.º

particularmente as deliberações/pareceres das Assembleias de Freguesias, remetidas ao executivo e à Assembleia Municipal, que na sua maioria rejeitaram a agregação de freguesias;

6.º

das dezassete freguesias deste concelho, apenas quatro delas (Guia, Louriçal, Meirinhas e Santiago de Litém) manifestaram disponibilidade para enveredar por um processo de agregação de freguesias, dentro de determinadas condicionantes, melhor expressas nas deliberações/pareceres proferidos por essas Assembleias de Freguesia.

A Assembleia Municipal, reunida na sessão extraordinária do dia 14/10/2012, decide pronunciar-se, em obediência e respeito pela vontade, quer dos órgãos autárquicos, quer essencialmente das populações, pela não agregação de freguesias no concelho de Pombal.

Juntamente com a presente pronúncia deverão ser remetidos todos os pareceres/deliberações que lhe serviram de base.”

Colocado o documento a votação, foi o mesmo aprovado, por maioria, com quatro votos contra da bancada do PSD.

Usaram da palavra para emitir declarações de voto:



MUNICÍPIO DE POMBAL

Manuel António, Presidente da Junta de Freguesia da Guia:

“ O meu voto a favor é um voto de vencido, foi neste espírito, pelo respeito por tudo o que ocorreu aqui nesta Assembleia, e porque reconheço que não há condições necessárias para que o processo avance de outra forma, que votei favoravelmente.”

Guilherme Domingues, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Litém:

“Votei contra esta proposta, uma vez que ela não corresponde efetivamente àquilo que é a minha posição e que transmiti aqui, por diversas vezes e em diversas Assembleias Municipais. Aceito no entanto que esta Assembleia não tem condições para efetuar uma pronúncia”

João Santos:

“Por um questão de principio, por imperativo de consciência e porque é também a posição da JSD, votei contra este documento, que poderia simplesmente referir os pareceres das Assembleias de Freguesia, sem referir, na parte final, o termo não agregação.”

Pedro Brillhante:

“ Acompanho os argumentos do João Santos e do Guilherme Domingues, acrescentando que não poderia votar um documento que tivesse no seu escrito, que não acreditamos que estas agregações viessem a dignificar o papel do Presidente de Junta.”

Fernanda Guardado:

“O meu argumento para votar contra é exatamente o mesmo daqueles que me antecederam.”

Na discussão que ocasionou a deliberação supra, foram proferidas as intervenções que a seguir se transcrevem:

O Senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte:

“A agregação de freguesias, desde que a Lei 22/2012, de 30 de Maio, foi publicada, tem sido um ponto causador de muitas dores de cabeça e preocupações.

Em junho, utilizando o único órgão de comunicação escrito na terra, solicitamos a colaboração de todas as freguesias, e, de uma forma geral, de todos os cidadãos. Depois, o Professor Manuel Lopes Porto começou a enviar alguns avisos sobre a forma como ia decorrer todo este processo e alguns pontos que ele sinalizava como “assim não”, os quais fiz chegar aos Senhores Presidentes de Junta.

Este assunto foi agendado para ser discutido na sessão de setembro. Nessa sessão foi abordado o ponto de situação mas não foi aprovada qualquer proposta, razão pela qual está a decorrer esta sessão extraordinária, de forma a cumprir o prazo de entrada da proposta da Assembleia Municipal de Pombal, na Unidade Técnica de Reorganização Administrativa do Território.

Assim, agradeço a paciência que tiveram para se deslocar aqui num dia de descanso, um domingo. Estamos aqui todos por uma causa pública, louvo a vossa atitude e o vosso apego a esta causa.

Antes de colocar este ponto a discussão da Assembleia, porque a citada Lei diz que a Assembleia tem que se pronunciar (já iremos saber, se for oportuno, e se suscitar dúvidas o que significa o ato de pronúncia), mas a base, a génese da discussão, começa exatamente nas assembleias de freguesia, partindo sempre do princípio que essas mesmas assembleias de freguesia mobilizam os cidadãos que os elegeram.

Sendo assim, tenho na minha posse pareceres de todas as assembleias de freguesia do nosso concelho, à exceção de duas das dezassete, tenho o parecer do executivo e falta agora, neste fórum, discutir com a participação de todos os membros da assembleia, uma proposta final a mandar para a Unidade Técnica de Reorganização Administrativa.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nesta altura deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** acrescentando que, de seguida, e sem mais delongas, se iria passar à discussão deste ponto.”

“A minha primeira nota é de agradecimento aos 17 presidentes de Junta de Freguesia e às respetivas assembleias de freguesia pela preocupação e pelo espírito democrático que demonstraram, ao analisar, junto dos seus munícipes, já que são as autarquias de maior proximidade e que, em primeira instância, sentem na pele os seus anseios, as suas dificuldades e também aquilo que efetivamente são as suas carências, de forma a que, de facto, a nossa Câmara, por unanimidade, tivesse aprovado um parecer sobre a Lei de Reordenamento do Território.

Quero-vos dizer, só para esclarecimento, que nós estamos numa freguesia, digo isto muita vez, que tem mais habitantes e mais eleitores que 9 concelhos do distrito: Bombarral, Nazaré, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande, Ansião e Batalha.

Não se pensou em agregar, e nós sabemos quais são as características de todos estes concelhos, até sabemos qual é a dimensão financeira de alguns deles em relação à nossa.

Todos sabemos que temos, a nível nacional, 308 municípios e 4260 freguesias que têm - vem na estatística da Associação Nacional de Municípios -, uma dívida do produto interno bruto inferior a 4%. Portanto, estamos a preocupar-nos com 4% e eu acho que agregando freguesias não se economiza nada em termos económicos.

Sabemos que existem 111 freguesias com menos de 100 habitantes, existe, inclusive, uma com 31 habitantes e há freguesias a funcionar, e só cito 2 casos que conheço muito bem: Penela tem duas freguesias na sede de concelho (onde o senhor secretário de estado foi Presidente de Câmara) a funcionar no mesmo edifício – as pessoas quando lá chegam têm que perguntar onde está o respetivo presidente; e Aljubarrota, temos 2 freguesias que também estão a funcionar no mesmo edifício com 2 presidentes de Junta – Aljubarrota e Alcobaça). Se elas se juntarem, ficam com 5000 ou 6000 eleitores. Há casos em que a agregação até se justifica e os presidentes de junta até ficam com outras condições financeiras.

No nosso concelho, penso que, de acordo com o parecer dos senhores presidentes de Junta, temos área, temos população, temos freguesias enormes: Lourical, Pombal, Almagreira, Carriço, Abiúl e as outras estão descentralizadas, têm identidade, têm equipamentos.

Eu costumo dizer que a troika ou quem nos impôs isto e o negociou, negociou mal, porque não sabia distinguir uma freguesia de um concelho, e que, provavelmente, havia mais necessidade de limitar as freguesias nas sedes dos concelhos do que as freguesias rurais e havia mais necessidade de agregar concelhos, porque alguns estão falidos, até no distrito de Leiria.

Cada concelho é um concelho. Eu não estou contra esta reforma administrativa territorial. Há tanta coisa que, em termos de gestão, se pode fazer a nível nacional, mas que não se faz porque o conhecimento a todos os níveis anda muito à deriva e as pessoas não se têm vindo a preocupar com o conhecimento, a prática e a inovação. Fala-se muito, mas o relacionamento e os valores é que estão a ir por água abaixo e nos conduziram a esta situação.

Portanto, penso que esta Assembleia está a ser muito responsável, muito realista e a Câmara também o foi por ter aprovado este parecer por unanimidade.

Nós precisamos é de população, é de emprego, é de dinamizar a economia, e de não nos preocuparmos só com o défice. Devia ter sido feita alguma coisa já há 15 anos atrás e nós não estávamos na situação em que estamos. Devemos interrogar-nos quanto às situações que nos levaram a este estado, para que haja garantia de perspetiva de melhor futuro e haja esperança. Nós, em Pombal, temos esperança e temos pessoas à altura de acordo com a nossa tradição, de acordo com a nossa maneira de ser, com o nosso espírito de missão, trabalho e relacionamento para vencer e para a nossa proposta ser aceite, qualquer que seja a entidade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nós sabemos bem aquilo que crescemos e que necessitamos de fazer, aquilo que temos feito, e aquilo que deveremos fazer se tivermos o devido apoio. Mas não com legislação corporativista e a pensar no “umbigo” de poucos em prejuízo de muitos.”

Nesta altura inscreveram-se os seguintes membros:

Odete Alves, cuja intervenção se transcreve:

“Esta bancada do Partido Socialista e sem entrar aqui em grandes discussões dogmáticas a propósito desta reorganização administrativa territorial, apresenta desde já uma proposta que eu passarei a expor:

- *«Considerando que a Lei 22/2012, publicada em 30 de maio de 2012, que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, que assenta em critérios que consideramos arbitrários para a agregação das freguesias e é fortemente limitadora da autonomia dos órgãos das autarquias locais, para decidirem sobre a organização do respectivo território;*
- *Considerando ainda que esta lei não define as novas competências e os recursos financeiros das freguesias, e viria até a criar desigualdades no tratamento entre as diferentes freguesias do Concelho, e que esta lei em nada contribui para a dignificação das freguesias, e do relevantíssimo papel dos Senhores Presidentes de Junta;*
- *Considerando os vários pareceres, deliberações das assembleias de freguesia, que nos foram enviados e que manifestam claramente que a maior parte dessas mesmas assembleias de freguesia que certamente traduzem a vontade dos fregueses, manifestaram-se contra esta reorganização administrativa, contra a agregação de freguesias; e,*
- *Considerando ainda que a pronuncia da população das várias freguesias do concelho é fundamental, é da máxima importância, uma vez que estas decisões não foram sufragadas em programas eleitorais autárquicos e, portanto, é uma novidade legislativa e as pessoas têm que ter oportunidade para se pronunciar e também para manifestar a sua vontade.*

Assim, esta Bancada do Partido Socialista propõe, desde já, que a Assembleia hoje aqui reunida, delibere pronunciar-se pela não agregação de qualquer freguesia do Concelho.”

João Coucelo, cuja intervenção se segue:

“O que estamos hoje, aqui, a fazer é, essencialmente, pronunciarmo-nos, e como é que o podemos fazer se não for respeitando as tomadas de posição das populações locais? Só nos podemos pronunciar aceitando o veredito popular, que é o que nos elege também, para estarmos aqui a representá-los nestes momentos.

Contudo, é bom não esquecer que tivemos um memorando da troika que impôs ou que decidiu, com o acordo do partido que estava na altura no governo, que teria que haver uma redução de freguesias.

Nós estamos neste momento a pronunciarmo-nos sobre algo, que é para o sentir das populações locais, um pouco aquilo que todos nós sentimos quando foi assinado o memorando da troika e que é a noção de que estamos a perder soberania, estamos a perder alguns dos nossos direitos, e a soberania local ao nível das freguesias deu resultados nestas votações ao exprimirem o seu desacordo com algo que as pessoas não percebem. Não percebem porque talvez não lhes tenha sido devidamente explicado quais eram os objectivos claros agregação, fusão ou desaparecimento de freguesias, chamem-lhe o que quiserem.

Eu partilho da opinião que nós teremos que fazer uma reforma administrativa deste país, como é óbvio, mas não é a régua e esquadro, é com critérios que as pessoas percebam e, naturalmente,



MUNICÍPIO DE POMBAL

não devem envolver exclusivamente as freguesias, até pelas múltiplas razões que já foram aqui invocadas e que todos nós conhecemos sobejamente.

Há Concelhos que têm uma dimensão reduzidíssima, população reduzidíssima, muitos deles em situação financeira trágica, e freguesias urbanas onde eu acho que não é nada difícil fazer a fusão.

É óbvio que podemos, qualquer um de nós, encontrar uma matriz de conceitos sobre os quais nós nos iríamos pronunciar se tivéssemos que fazer uma divisão administrativa geográfica, em termos históricos e culturais, neste país. Como é que nós poderíamos fazer? É evidente que iríamos contar sempre com alguma relutância por parte das populações, porque é aquilo que eles sentem, é perda de soberania, tal como nós sentimos a perda de soberania na situação económica que estamos a viver neste momento, neste país.

Estamos claramente a sentir que alguém de fora nos está a impor algo que é contra aquilo que é a nossa realidade histórica, aquilo que nós gostaríamos que fosse feito apenas por nós. E é nesse sentido que, ouvidas as assembleias de freguesia, temos claramente que respeitar as posições assumidas.

A Câmara Municipal pronunciou-se, por unanimidade, e, de alguma forma, deu a entender que nunca iria contra, nunca iria propor o que quer que fosse de diferente do resultado da expressão da vontade popular, depois do assunto ser debatido, a nível das assembleias de freguesia.

É nesse sentido que vai também a nossa posição, independentemente daquilo que cada um de nós queira dizer sobre esta matéria, a posição final em moção que apresentaremos, que distribuiremos por todos e que eu lerei, vai exactamente no sentido de respeitar a vontade popular, e fazer algumas recomendações no sentido de que a Unidade Técnica, qualquer que seja a posição que venha a tomar, respeite um conjunto de princípios que são inatacáveis, do nosso ponto de vista, em termos da realidade sócio cultural do concelho e da identidade das populações.

Em Pombal, desde o 25 de abril, se não me falha a memória, foram criadas três novas freguesias: Meirinhas, Ilha e Guia. Isto para dizer que, já há muitas dezenas de anos que existe uma identidade das populações, que tem a ver com esta matriz geográfica e administrativa que foi criada há décadas. Temos que provar que o que vamos fazer é o melhor para as populações.

Eu queria dizer que 80% do financiamento das freguesias é transferido do orçamento camarário e que as transferências do poder central são inferiores a 20%, que há 3800 freguesias em que os seus presidentes de junta, para desempenhar as funções que desempenham, recebem menos que o salário mínimo nacional, pelo que gostaria que alguém me explicasse o que é vamos ganhar com esta fusão de freguesias, o que é que nós vamos ganhar em termos económicos com uma lei destas, e não estou a falar das freguesias das grandes cidades, em que a freguesia A é divida da freguesia B por uma rua estreitinha.

Apresentarei, no final, a proposta da bancada do PSD.”

Tiago Galvão, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Depois de analisados os pareceres das assembleias de freguesia, esta bancada considera que se deve respeitar a vontade do povo em não agregar qualquer freguesia.

Não devemos temer uma comissão técnica que tem um presidente que é contra a agregação de freguesias e disse que estava nesta comissão para evitar a agregação de freguesias. Esta Unidade Técnica não tem legitimidade por não ter na sua constituição a Associação Nacional de Freguesias a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o PS, a CDU e o Bloco Esquerda. E porque, é constituída por técnicos sem qualquer legitimidade democrática para tomar qualquer decisão sobre o nosso território.



MUNICÍPIO DE POMBAL

De qualquer forma nenhuma agregação acontecerá sem a aprovação de uma lei pela Assembleia da República. O que a Unidade Técnica decidir só será aprovado em Assembleia da República, portanto esta bancada espera que os deputados da Assembleia da República, de todos os partidos, respeitem a vontade soberana do povo e dos autarcas que os representam, votando contra qualquer agregação de freguesias.

Esperamos que todos os deputados eleitos pelo distrito de Leiria, nomeadamente os deputados do PS, do CDS e do PSD, votem contra esta agregação ou qualquer agregação de freguesia.

De um modo muito particular, esperamos que o deputado Pedro Pimpão, por ser um cidadão pombalense e autarca deste concelho, respeite a vontade do povo de Pombal e também ele vote contra e sensibilize os seus companheiros do partido para que façam o mesmo, em sede própria.”

Jorge Cordeiro, cuja intervenção se segue:

“Depois das palavras do Dr. João Coucelo, com as quais concordo na plenitude, alguns aspetos levam-me a tecer algumas considerações. É uma matéria complexa com alguns pontos a favor e outros contra, todos eles perfeitamente respeitáveis. Como sabem, e já foi aqui dito, esta questão surge na sequência do pedido de ajuda financeira de 2011 e por imposição da Troika para nos assistir financeiramente.

E portanto, como disse o Dr. João Coucelo, isso significa automaticamente, nesta e noutras questões, alguma perda de soberania. Portugal, recorde-se, tem dois níveis de poder autárquico, os municípios e as juntas de freguesia, o que não é uma situação muito vulgar nos outros países da Europa. As freguesias assentam, basicamente nas paróquias e, na minha opinião, muito bem.

Há aqui algo que nos diferencia, trazem mais valias por estarem mais perto da população. Basta olhar para o trabalho que os autarcas, vou-me cingir apenas aos do nosso concelho, têm feito, com as freguesias maiores, freguesias mais pequenas, uns numa vertente mais estratégica, outros numa vertente mais operacional, uns numa vertente mais de terreno, outras nem tanto.

O que é um facto é que os mandatos, agora e no passado, sempre foram exercidos com grande dignidade, com grande empenho, com grande dedicação e, muitas vezes, com prejuízo familiar e financeiro, e isso é importante que seja destacado.

Já aqui disse, por algumas ocasiões, que entendo que as crises se devem gerir nos momentos de abundância, em crise não se gere rigorosamente nada, tomam-se medidas. É nos momentos de abundância que as crises se devem gerir e se devem prevenir. Eu considero que não há nenhuma grande medida que se possa tomar conscienciosamente e com impacto, efetivamente, no melhoramento das condições de vida das pessoas, no futuro. As coisas são como são, é assim nas famílias, nas empresas, nos municípios, nos países, que isso acontece.

Todos nós temos consciência, e não seria necessário vir a Troika, para percebermos que todos estes são processos não podem ser estáticos. Esta reformulação é seguramente necessária, envolvendo outros níveis do poder autárquico, não pode é ser tomada sobre pressão e muito menos contra o desejo da população, porque é possível impor-se as coisas, não vão é ter resultados no futuro.

Se esta agregação é feita por questões económicas, eu pessoalmente, digo já não. Porque há vários estudos que comprovam que, de facto, o País não chegou ao estado a que chegou por causa das freguesias. Agora, se for pela partilha de recursos, pela optimização de infraestruturas, pela afirmação de uma comunidade e até pela criação de uma nova comunidade e pela sua valorização, pela criação de um pólo de maior competitividade, por isso constituir um estímulo à fixação de pessoas e eventualmente empresas.

Chegamos à conclusão que é importante reorganizar-se o país, a lei diz que as freguesias com menos de 150 pessoas têm que, obrigatoriamente, agregar-se. Isto já devia ter sido visto há muitos



MUNICÍPIO DE POMBAL

anos, não para minorizar uma freguesia, ou os habitantes de uma freguesia, porque não são menos que os habitantes de Pombal, de modo algum, mas para, efetivamente, lhe transmitir uma outra dimensão e para evitar um fenómeno que a mim me preocupa, já vimos o país a desertificar-se. Portanto, tudo isto tem que se levar em linha de conta.

Queremos ter um país como um todo, pode ser uma janela de oportunidade, mas pensada de uma forma, muito mais abrangente.

Como foi dito nas várias assembleias de freguesias, obviamente, não vamos nem podíamos ir contra a vontade das pessoas, se não era a negação completa da nossa função enquanto deputados municipais.”

João Coelho, cuja intervenção se transcreve.

“Eu pedi a palavra já prevendo a necessidade de recentrar o debate naquilo que nos trás aqui.

Foi aqui dito que a nossa presença aqui, nesta data, advém de uma imposição escrita no memorando da Troika. Não é assim. Nós estamos aqui, hoje, porque a Lei n.º 22/2012 nos trouxe aqui. Desde o caminho traçado pelo memorando da Troika até a nossa presença aqui, nós temos muita coisa pelo meio. A imposição que está escrita no memorando da Troika é de uma reorganização administrativa começando pelas Câmaras.

A referência às autarquias não está indicada como imposição somente nas freguesias, refere-se aos municípios e às freguesias. Vamos ter uma grande surpresa, daqui a um ano, quando chegarmos à Troika e apresentarmos as contas da poupança financeira advinda desta reorganização administrativa.

Trouxeram-nos aqui para discutir nada. A lei determina que tem que haver uma agregação de freguesias, nós temos aqui um conjunto de pareceres das freguesias de não agregação, ou seja, não vamos cumprir com aquilo que nos é pedido pela lei, logo há uma incorreção em relação á lei.

Tendo em conta o valor da palavra, que é algo que se tem perdido algures pela política dos últimos anos, hoje o que vamos fazer aqui é uma não pronuncia. Eu espero que a não pronuncia se reflecta também nos nossos representantes e, por isso, associo-me ao pedido feito pelo meu camarada de bancada que pede aos seus deputados que no final respeitem a não pronuncia dos pombalenses em relação a agregação de freguesias em Pombal, porque estava determinado que havia um objectivo de poupança financeira e ela não vai ocorrer.

Não enganem os pombalenses, não enganem os portugueses, por favor digam a verdade. Isto não poupa um cêntimo aos portugueses, pode, inclusive, levar a um maior gasto público. Nós estamos cansados que nos mintam. E eu, confesso que também há culpa do partido socialista envolvido. Eu sugiro honestamente que a Assembleia Municipal faça um retrocesso em relação àquela que é a sua intenção de reunirmos aqui hoje e declaramos uma não pronuncia a esta lei. Penso que é muito mais coerente, tendo em conta aquilo que fui ouvido por parte dos pombalenses, respeitando a sua palavra e respeitando a dignidade do cidadão eleitor.”

Catarina Silva, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“«Não é o mais forte que sobrevive nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta às mudanças.» A frase não é minha, mas sim de Charles Darwin.

A reorganização administrativa pode ser eventualmente uma oportunidade de cada pombalense mostrar a sua capacidade de mudança, a sua capacidade de adaptação. Não tenhamos ilusões: a realidade tal e qual como a conhecemos tem os dias contados. A redução de financiamento em todas as áreas que abrange a gestão autárquica, a gestão municipal é uma realidade cada vez mais presente. Cada vez mais teremos menos ovos para fazer as mesmas omeletes. A partir de hoje o lema «unidos seremos mais fortes», tem que fazer sentido. A reorganização administrativa deve



MUNICÍPIO DE POMBAL

ser encarada como uma forma diferente de gerirmos as nossas freguesias, mais eficaz e mais eficiente.

Eventualmente a lei está mal redigida, eventualmente a altura não é a mais oportuna, eventualmente as freguesias não estão preparadas, eventualmente os objetivos não estão claros, no entanto a lei existe e, eventualmente, será aplicada.

Enquanto deputados desta magna assembleia e enquanto autarcas, temos obrigação de prestar auxílio às populações para que estas eventuais transições ou mudanças que possam daí advir, sejam tudo menos dramáticas.

Embora pessoalmente seja a favor da agregação de freguesias, numa ótica de rentabilização de meios, instrumentos, equipamentos, fui eleita para representação ou para representar a população e respeito a sua vontade, seja ela qual for.

Independentemente do desfecho, quero deixar presente que cá estarei para apoiar a população em eventuais transições ou em eventuais mudanças.”

Fernando Carolino, que fez a seguinte intervenção:

“Efetivamente depois das palavras do meu camarada João Coelho, pouco ou nada há a acrescentar.

Ressalvar que, efetivamente, devemos aqui dar voz àqueles que se pronunciaram nas assembleias de freguesia e que foram contra esta agregação. Mas também aqui devemos colocar na mesa as 3 assembleias de freguesia deste nosso concelho que se pronunciaram favoravelmente a esta agregação. E aqui, mais uma vez, as palavras do meu camarada João Coelho fazem sentido. Estarmos a colocarmo-nos nesta dicotomia de pombalenses contra pombalenses, deixa-nos mais um engulho em mãos para poder decidir.

Efetivamente, e falo em meu nome particular, também sou favorável à reorganização do território. Mas também não me parece ser esta a altura correta nem o momento ideal para estarmos a impor uma lei, porque é isso que vai acontecer, à população do concelho de Pombal, independentemente de ela também ser colocada à população do território nacional. Mas aqui nesta assembleia, é sobre o concelho e as 17 freguesias que nós temos e nos devemos debruçar.

Se a troika, no seu memorando assinado pelos responsáveis da altura, com o beneplácito daquilo que era a oposição da altura, diz que é necessário fazer uma reorganização administrativa, a começar pelas autarquias, não podemos estar continuamente e amiudadamente a dizer que temos que agregar freguesias. Não é isso que lá está. Nem da tradução mais livre do inglês, se pode tirar daquela palavra inglesa uma correspondência como sendo freguesia. É autarquia, é isso mesmo que está lá escrito.

Na prática, aquilo que veio a acontecer, lamentavelmente, é que mesmo que nós nos pronunciemos de uma determinada forma, como diz o meu camarada João Coelho, por não pronúncia ou por não aceitação de agregação das freguesias do concelho de Pombal, o que vai acontecer é que vamos ter um representante nosso na Assembleia da República que vai ter que tomar uma decisão, o Vereador desta Câmara, que também é Deputado na Assembleia da República, que é pombalense tanto como nós, vai ter a tarefa ingrata de representar 60.000 pombalenses, para dizer não ao seu Partido, porque é isso que esperamos de si, Dr. Pedro Pimpão, esperamos que represente os 60.000 pombalenses, independentemente de serem do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do CDS, do Bloco de Esquerda, da CDU, ou apolíticos, aquilo que vamos esperar é que, efetivamente, o teu voto seja não. E se o seu voto não for não, por qualquer condicionante partidária, que essa condição fique expressa aos pombalenses, para que todos nós saibamos que tipo, que qualidade, que situações é que iremos viver.”

Fernanda Guardado, que fez a intervenção que se segue:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Hoje vive-se um momento particularmente importante no nosso concelho. A assembleia municipal é chamada a manifestar-se para transmitir a vontade daqueles que contribuíram com o seu voto para nós aqui os representarmos.

Neste momento tão importante para o nosso concelho, quero que fique registado, nesta Assembleia Municipal, o trabalho levado a cabo pela comissão política do PSD local, nos últimos meses, no sentido de prestar esclarecimentos, sobre a Reforma Administrativa, aos Presidentes de Junta e respetivas assembleias de freguesia.

Foram convocados executivos de todas as juntas de freguesia do concelho, foram-lhes apresentadas as razões que estão na base desta reorganização administrativa, os executivos de freguesia marcaram a sua presença nestas reuniões, fizeram as suas intervenções e o PSD prestou-lhes os esclarecimentos que entendeu necessários.

Também as populações foram informadas da reforma administrativa em curso, através dos seus executivos de freguesia, que, para o efeito, convocaram essas mesmas populações para reuniões onde o assunto da reorganização administrativa era o tema do debate.

Estas reuniões foram bastante concorridas e o assunto discutido de forma aberta, livre e espontânea por todos aqueles que, interessando-se pela sua terra, quiseram manifestar a sua opinião, quer fosse favorável a esta reorganização ou não.

Apresentámos os benefícios que as freguesias viriam a ter com uma eventual anexação/junção e em nenhum momento dissemos, quero que isto fique bem claro, que as freguesias se uniriam contra a vontade das suas populações.

Foram estabelecidos acordos que, no caso de se virem a implementar, seriam uma mais valia para as populações das respetivas freguesias. Houve acordos assinados por executivos que se reviam nessa agregação de freguesias. Muitas vezes, a mensagem que passava transmitida por quem se identificava com este processo de agregação era a seguinte: o futuro não se prepara vivendo cada um isoladamente, mas sim em conjunto. Cada vez mais, temos que pensar nas gerações mais jovens que não se revêm nesta dispersão de meios e de executivos autárquicos.

Em conclusão, o PSD quer manifestar o seu agradecimento a todos os membros das assembleias de freguesia que estiveram presentes nas reuniões dinamizadas pela Comissão Política Concelhia, e manifestaram interesse pelos esclarecimentos prestados. A Comissão Política do PSD esteve junto dos autarcas e cumpriu a sua parte no acompanhamento e na conciliação de posições.

Esse papel terminou e, não tendo havido nenhum entendimento no Concelho de Pombal, será a Unidade Técnica a promover a reorganização administrativa no nosso concelho. As consequências não as sabemos, no entanto, ninguém nos pode acusar de nada termos feito.

Aguardaremos com serenidade as decisões que vierem a ser tomadas, mas não estamos acima da lei.”

João Paulo, cuja intervenção se transcreve:

“Não posso deixar de usar a palavra para transmitir aquela que é a minha posição, e a posição que a JSD tem vindo a demonstrar, aqui também elencada pelo meu companheiro Pedro Brilhante na última Assembleia Municipal.

Muito se discutiu acerca desta reforma, reforma esta que resultou do memorando de entendimento negociado e assinado pelo Partido Socialista, que agora, patologicamente, parece amnésico, e que agora se multiplica em justificações e subterfúgios para não cumprir aquilo que assinou e para nos brindar com os calculismos a que já nos habituou.

Esta fase de discussão, dita oficial e o tempo que se lhe antecedeu foi o suficiente para que muitas opiniões e posições fossem dadas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Deu, caros colegas, até tempo para que pessoas nos órgãos de comunicação social e na blogosfera local se pronunciassem num sentido, e para que nesta assembleia se tenham contradito, dizendo exactamente o oposto, mostrando a coerência a que também já nos têm habituado.

Chegados aqui hoje, e apesar de todos os esforços que o PSD encetou, junto das populações, ao que tudo indica esta assembleia municipal não se irá pronunciar sobre a reforma do poder local, ao contrário daquilo que a JSD gostava que tivesse acontecido.

Assim sendo, resta-nos aguardar que a decisão da Unidade Técnica (que não é composta por membros do partido socialista porque os próprios se recusaram, demitindo-se das suas responsabilidades e aliando-se ao bloco de esquerda e ao PCP) seja razoável, promissora, com sentido, e que acima de tudo faça desta reforma um sucesso do nosso concelho.

Naturalmente que o Município terá uma responsabilidade acrescida para que a decisão da unidade técnica, ou seja as uniões de freguesias daí resultantes, tenham ao seu dispor, as condições, os meios e os incentivos para que estes novos territórios sejam elevados a um patamar de excelência, servindo assim de exemplo para outras freguesias em que a agregação possa fazer sentido.

Não temos dúvidas que outras freguesias se vão inspirar nestes novos modelos de gestão autárquica, e que a médio prazo estarão aqui, nesta assembleia, a apresentar as suas propostas de agregação, já sem a pressão de uma lei como agora acontece, mas sim em virtude da vontade, da visão, da coragem e da responsabilidade dos nossos excelentes autarcas ao pensarem nas gerações futuras, que já não se satisfarão com alguns modelos de freguesias que, presentemente temos.

Apelamos ainda caros colegas, no sentido daquilo que são os anseios da população lá fora e em especial dos jovens, para que esta importante temática seja tratada com hombridade, para que não seja revestida de oportunismos, de demagogias, e que não sirva de cavalo de batalha neste ano que é muito sugestivo para isso, já que as eleições autárquicas estão aí à porta.

Também para aqueles que gostam de ser pessimistas por natureza, apelamos para que vejam o copo meio cheio e não meio vazio.

Vamos mostrar às populações as grandes mais-valias desta reforma, vamos mostrar às populações que não fazemos parte do problema, mas sim parte da solução.”

Pedro Brillhante, que disse o seguinte:

“É com alguma mágoa e tristeza que me dirijo a esta magna assembleia, mágoa por ver cair a esperança, tristeza por assistir a mais uma profunda machadada na divisão do poder político e das suas populações.

As pessoas não acreditam nos seus representantes e hoje, mais uma vez, continuamos a dar-lhes razões para que não voltem a acreditar. Dizer que não estamos legitimados a tomar esta decisão, é um não assumir de responsabilidades, é um ato de cobardia política. Fomos eleitos para decidir, e não para deixar que os outros decidam por nós. Os grandes homens vêm-se nas alturas difíceis, e quando é necessário tomar decisões difíceis.

A lei trouxe-nos aqui, porque deu oportunidade às autarquias de se pronunciarem e poderem participar na reorganização do território, o melhor era ser feito a régua e esquadro, sem perguntar às autarquias? Nós achamos que não. Este discurso demagógico e populista do deputado João Coelho, não ajuda em nada, não se trata de poupar. Nunca, em momento algum isso foi referido. Trata-se de gerir melhor os dinheiros públicos, algo que o PS já provou não conseguir fazer. Trata-se de agregar órgãos autárquicos, e não de acabar com freguesias.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Aqueles que, fora desta assembleia, assumem uma determinada posição, chegando mesmo a defender a diminuição para apenas quatro freguesias, vêm hoje, num total ato de oportunismo político, assumir uma posição totalmente contrária, mostram a facilidade e a irresponsabilidade com que se encara a ação política, por parte de alguns agentes.

Eu li este seu artigo, Senhor Fernando Carolino, como li outro onde defendia que apesar de tudo devíamos tomar uma decisão, e que era importante tomar esta decisão. É por isto que o Senhor não entende a posição da JSD emitida na última assembleia, simplesmente porque não entra na sua lógica de oportunismo, entra sim num prisma de visão de futuro com o qual nos comprometemos sempre, em claro contraponto com a sua conduta aqui demonstrada.

Meus Senhores encaremos então os factos, não vale a pena estarmos com mais lamúrias, não sairá daqui nenhuma proposta de agregação de freguesias, será em Lisboa, numa sala fechada, que será decidida esta agregação em concreto, e qualquer que seja a decisão, será definitiva. Alerto para o facto desta decisão da Unidade Técnica ser a nossa decisão, a decisão de todos nesta sala, repito mais uma vez será a decisão de todos nesta sala, se eu peço a alguém que decida por mim, a decisão desse alguém passa a ser a minha própria decisão, e vincula-nos a todos sem excepção.

Dito isto, espero que ninguém nesta sala venha mais tarde dizer mal da sua própria posição. Foi isto que decidimos, é esta a posição desta Assembleia, encaremos com hombridade as consequências da mesma.”

Carlos Domingues, que fez a intervenção que se segue:

“Como é do vosso conhecimento, a Junta de Freguesia emitiu uma proposta de parecer que foi aprovada pela Assembleia de Freguesia e enviada à Assembleia Municipal, na qual expusemos o nosso ponto de vista, que é contra a agregação da freguesia Ilha.

Expressámos a vontade das pessoas da Ilha, porque as pessoas não sentem benefícios na agregação, porque as pessoas sentem um carinho especial pela sua freguesia, pela sua história, pela sua comunidade e não querem ver acabar este símbolo do seu trabalho e do que todos nós sentimos pela nossa terra, pelo respeito, pelos Ilhenses. E isto para mim, é um ponto muito importante, acho que são sentimentos muito importantes e que estão vivos nas pessoas que contribuíram para a criação da nossa freguesia.

As pessoas que foram à Assembleia da República, naquele dia, há vinte e três anos. Naquela grande alegria que foi passarmos a ser freguesia. Pelo respeito, pelo trabalho, pelo esforço das pessoas da Ilha que numa determinada altura foi reconhecido. E hoje, os mesmos deputados, que há vinte e três anos, votaram a favor da criação da freguesia da Ilha, - muitos ainda são os mesmos - querem votar o seu fim, porque, dizem eles, vai permitir melhorar a ação das juntas de freguesia. Mas nós não vemos isso. Não vemos vantagens em deixar de ser freguesia. Alguns dirão que são atitudes extremadas, populistas, não são.

Pessoalmente, nada me daria mais alegria que, depois de sair da Junta, outra pessoa da Freguesia da Ilha fosse eleita para Presidente da Junta de Freguesia e continuasse o trabalho em prol dos Ilhenses, o trabalho da Junta de Freguesia da Ilha de que todos nos orgulhamos, não são posições populistas, não é demagogia, é a vontade das pessoas, todos nós sentimos que as pessoas da Ilha não querem o fim da nossa freguesia e vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que não se tomem decisões que vão contra a vontade do povo.

Para finalizar, gostaria de relembrar as palavras de alguém que todos nós lembramos com especial reconhecimento, alguém que muito contribuiu para o crescimento da nossa terra, o Padre Manuel Gonçalves, que referia nas recentes celebrações dos vinte anos da freguesia da Ilha, acerca do processo de criação das freguesias da Ilha e da Guia por separação da freguesia da Mata



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mourisca, a colaboração entre as comunidades que começou a haver assim que se reconheceram as características individuais de cada uma.

Como dizia o Padre Manuel, é necessário reconhecer a diferença na diversidade.”

Aires Moreira, que fez a intervenção abaixo:

“Já não tenho dúvidas que a Lei da reorganização vai mesmo em frente. Em todas as reuniões em que participei mostrei o meu descontentamento, o meu desagrado sobre esta lei de agregação de freguesias. Levei este assunto à assembleia de freguesia e todos votaram contra, assim como o executivo da Junta.

Tenho contactado muitas pessoas da minha freguesia e ainda não encontrei ninguém que concordasse com esta agregação. E porquê? Tenho uma freguesia com uma área de 25 km², temos aproximadamente 2.000 eleitores, temos a sede de freguesia centralizada no meio dos lugares da freguesia, temos os meios necessários para continuar a ter orgulho na nossa freguesia. Agora só espero que a Unidade Técnica não venha de olhos fechados reduzir o número de freguesias no concelho, espero que seja feito com justificação e que, no fim de conhecermos o critério deles, percebamos que tinham que ser aquelas. Espero que não venham de olhos fechados como vieram com a Lei do PDM, que ainda é um amargo de boca dentro de mim, e não só.

Estou em desacordo com esta Lei. Concordava, sim, se comesçassem na Assembleia da República a reduzir os deputados, aí Portugal já ganhava com isso. Com esta Lei o país não fica a ganhar nada, só perde.”

Ilídio da Mota, que usou da palavra para intervir como se segue:

“Entendo que a Lei 22/2012 teve origem num ato irresponsável e até de má fé, aquando da inscrição no memorando assinado com a Troika para a diminuição de autarquias, querendo confundir municípios com freguesias, no intuito de diminuir a despesa pública.

No entanto, do meu ponto de vista, esta lei apenas irá aumentar a despesa pública e trazer um maior distanciamento do poder local, junto das populações.

Esta lei tem nos seus princípios a inscrição “equilíbrio e adequação demográfica das freguesias”. Provocará exatamente o contrário. Vai criar mais desequilíbrios, vai acentuar assimetrias, sendo que as freguesias agregadas poderão ficar com uma dimensão colossal em relação às outras que não se agregarem.

Todos os objetivos e vantagens que são enunciados e têm sido anunciados como promoção de ganhos de escala, melhoria de serviços, reforço dos recursos, poder reivindicativo, massa crítica e muitas outras palavras bonitas, podem ser conseguidos sem agregação. Basta que haja união de vontades das Juntas ou associação de freguesias.

No nosso país existem diferentes tipos de freguesias e a lei, tal como está, toma todos por igual ao colocar percentagens que nada vão resolver. Veja-se o exemplo de Barcelos, que tem metade da população de Pombal, e tem 89 freguesias. Se reduzirem 25%, ainda ficam com 67. Estaremos a falar de freguesias com 150 habitantes, algumas delas que nem cemitérios têm, nem mesmo edifício de sede de Junta.

Conheço as freguesias do concelho de Pombal. Todas elas, fruto do trabalho desenvolvido pelas suas gentes, pelos seus executivos, pelo trabalho e estratégia da Câmara Municipal, têm condições para se manterem como freguesias autónomas, com excelente serviço de proximidade aos cidadãos.

A agregação de freguesias, na minha opinião, não faz sentido no concelho de Pombal. E para quem pense o contrário, para quem ache que a agregação é positiva, a lei prevê que, no futuro, em qualquer altura, tal se possa fazer. Basta que haja entendimento entre as freguesias interessadas. Nessa altura, será de bom senso que quem assim pense coloque essa ideia nos seus



MUNICÍPIO DE POMBAL

programas de campanha, faça o seu projeto e apresente as vantagens e, com o envolvimento e confiança dos cidadãos, avance nesse sentido.

Quanto à freguesia de Vermoil, conhecem-se os primeiros registos da paróquia de Santa Maria de Vermoil desde 1212, pelo que este ano celebramos 800 anos de história, estando o espólio no nosso núcleo museológico João de Barros e registado no livro “Vermoil retalhos da sua história”, onde estão destacadas as ruínas romanas de Calvaria, com elevadíssimo potencial arqueológico. Somos a freguesia que em 1952 deu origem à freguesia de Carnide, somos a freguesia que em 1984 deu origem à freguesia das Meirinhas. A maior felicidade dos pais é verem os seus filhos com saúde, felizes e bem na vida. Felizmente, estas duas freguesias, filhas de Vermoil, estão bem e vejo-as com todas as condições para terem um futuro promissor autonomamente.

Mesmo tendo dado origem a outras duas freguesias, Vermoil é uma das grandes freguesias do concelho de Pombal, a sétima. Somos uma freguesia com mais de 3.000 eleitores, com 3 importantes pólos habitacionais – Vermoil, Ranha e Matos da Ranha. Temos mais de 200 crianças a frequentar a creche, os 3 jardins de infância, 3 escolas de primeiro ciclo. Temos uma massa associativa impar: Filarmónica, com escola de música; atletismo, com 120 atletas; futebol da Ranha, com estádio e mais de 80 atletas na formação; uma Associação de Dadores de Sangue, com um moderno edifício que recolhe 1000 dádivas de sangue anualmente; um Centro Social com centro de dia e lar de idosos.

Vermoil dispõe de Centro de Saúde, Policlínica e uma moderna farmácia. Os serviços da Junta funcionam em horário alargado, com BAM e CTT, tendo pessoal e equipamento para intervenções e obras, para um serviço de qualidade e de proximidade, bem como de apoio social. Fazemos a gestão de 3 cemitérios, dispomos de uma secção de proteção civil com mais de 30 voluntários e viatura de primeira intervenção, cedida por esta Câmara.

Temos perto de 200 empresas na freguesia. Somos atravessados pela A1, IC2 e linha do Norte. Temos importantes recursos de água que servem a nossa freguesia e freguesias vizinhas, bem como elevado potencial agrícola no vale do Arunca e do Cabrunca. Temos ainda uma enorme reserva florestal e belas zonas de lazer.

Ao longo dos últimos 7 anos, o meu executivo, em conjunto com as coletividades, com o povo e com a ajuda desta Câmara Municipal, promoveu um maior equilíbrio entre os 3 pólos da freguesia – Vermoil, Ranha e Matos, conseguindo-se uma grande união dos cidadãos em torno da sua freguesia.

Este trabalho requereu um grande envolvimento e espírito de união e muito humanismo. Todo este importante trabalho correria o risco de ser destruído, além de criar a possibilidade de desordem popular entre os cidadãos, caso houvesse lugar à agregação da freguesia, com a agravante da simbiose das freguesias que conseguiram, com tanto esforço, a sua independência. Poderia ser, até, tumultuosa.

Sublinho que estudámos diversas possibilidades, para analisar prós e contras com diferentes agregações a diferentes freguesias. Fizemos uma sessão pública de esclarecimento sobre a reorganização administrativa, onde participaram mais de 340 vermoilenses. Foi unânime a vontade dos presentes em dizer não à agregação da freguesia de Vermoil. Esta vontade ficou expressa também, por unanimidade, na assembleia de freguesia do passado dia 12.

Na minha opinião, esta assembleia deveria pronunciar-se contra a agregação de freguesias no concelho de Pombal, para que a Unidade Técnica tenha a informação clara e inequívoca de que não queremos a extinção de freguesias neste concelho.

Posto isto, tenho de dizer que não subscrevo a proposta do PSD, porque considera a hipótese de virem a ser extintas freguesias, o que não respeita a vontade dos cidadãos, já que as duas



MUNICÍPIO DE POMBAL

assembleias que disseram sim à agregação – Santiago de Litém e Guia – não tiveram o sim das freguesias com quem querem casar. Assim, acho que, pela primeira vez, subscrevo a intervenção do deputado João Coelho, e terei de subscrever a proposta do PS, votando contra a agregação de freguesias no concelho de Pombal.“

Eusébio Rodrigues, que fez a seguinte intervenção:

“No que diz respeito à freguesia de Carnide, e como aqui referi na última Assembleia Municipal, tinha todo o dever de fazer uma sessão de esclarecimento na minha freguesia. E assim foi feito; a junta de freguesia fez uma sessão de esclarecimento, e é óbvio que uma freguesia com 60 anos, com as condições que tem e que todos conhecemos, até porque eu penso que no concelho de Pombal devemos estar orgulhosos, porque as freguesias estão praticamente equivalentes, ao nível de acessos, ao nível de todas as necessidades de que a população precisa no dia-a-dia.

Graças ao executivo que temos tido na Câmara Municipal, as freguesias estão muito bem servidas. Daí que o povo de Carnide tenha dito não à agregação. Também vos posso dizer que não me senti à vontade para apresentar um projeto de agregação, porque não tenho bases, não tenho apoio nesta lei.

De acordo com esta lei, faça-se e logo se verá, não consegui encontrar bases de apoio que digam isto vai-se fazer e vai ser assim. Basta ver que daqui a um ano vamos estar em eleições. O executivo atual não pode prometer, pois não sabemos qual vai ser o outro. Não podemos pedir aos partidos políticos porque não se sabe quem é que vai ganhar as próximas eleições. E isto também não se pensa, chuta-se para lá e depois logo se verá. Portanto, a população de Carnide entendeu que não é bom para nós, nem para as outras freguesias.

Agora tenho mais uma “bota para descalçar”. Lançaram uma lei para a rua, só que os Censos de 2011, no que respeita à freguesia de Carnide, ainda não foram atualizados. Em Carnide estão 86 habitações que pertencem a outras freguesias, que não estão contabilizadas nos Censos de 2011, porque a CAOP foi feita posteriormente aos Censos e ainda hoje não estão atualizados. Estas 86 habitações, a duas pessoas por habitação, dá 172 pessoas, em que a freguesia fica penalizada ao nível dos habitantes. Tem mais uma vez, a Junta de Freguesia de ir a correr para Lisboa para o INE, pedir o mais rapidamente possível uma atualização destes Censos, porque somos a segunda mais pequena neste momento. Mas com estes eleitores atualizados, deixamos de o ser. O governo ou nomeadamente o INE se não o fez para Carnide, também não o fez para as outras freguesias do País.

Penso que a agregação obrigatória não vai trazer nada de melhor às populações, e é isso que eu defenderei até ao último dia em que estiver em Carnide, enquanto não houver bases na lei que nos permitam avançar.

Não estamos acima da lei, mas não há apoio suficiente nesta lei que nos dê coragem para acreditarmos nela.”

Manuel António, cuja intervenção se segue.

“Eu presido a uma freguesia onde a assembleia de freguesia deliberou a sua disponibilidade para agregar.

Obviamente, se leram o parecer que foi aprovado pela assembleia de freguesia da Guia, logo no seu segundo parágrafo, poderiam ler que não concordávamos com os prazos que a referida lei estava a impor, há manifesta falta de tempo para um debate com a comunidade e com os órgãos autárquicos, bem como entre as freguesias e os Municípios potencialmente agregáveis.

É óbvio que estamos todos aqui em cima do tempo e, o facto de estarmos sem tempo, faz com que as nossas exposições e as nossas posições sejam tão apaixonadas, tão difíceis.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Estamos confrontados com um assunto que se tornou incómodo para todos e acreditem que os sentimentos aqui estão a prevalecer. A JSD e os jovens a ouvir-nos gostariam que os mais velhos fossem mais radicais, mais arrojados na sua disponibilidade e, por isso, há pouco, ouvimos um jovem a dizer que se sentia frustrado e a sua frustração era realmente legítima, por não se conseguir ir mais além. Eu acredito que esse não ir mais além tem a ver com esta falta de tempo.

Houve realmente freguesias que tentaram junto das suas populações, num curto espaço de tempo, falar com elas e pô-las perante o problema. Essa boa vontade, eu não tenho dúvidas nenhuma, esbarrava com a falta de tempo. Não havia tempo, nem para o contraditório. Eu fui acompanhando e fui percebendo essas tentativas. Até as assembleias de freguesia tiveram dificuldade e até aqui a assembleia municipal. Há pouco foram apontados alguns como tendo sido incoerentes nas suas posições na blogosfera e aqui, neste espaço.

Realmente, a mudança incute sempre medo, receio, resistência. E quando nós somos portadores de pouca informação, isso torna-se muito difícil.

O que está aqui em cima da mesa é que amanhã tem que lá estar a posição da Assembleia Municipal. Estamos mesmo em contra-relógio. Isto é a correr. Se acabar mais cedo, mais depressa os serviços terão oportunidade de fazer a ata. Isto é mesmo "em cima do joelho" e isso faz com que tenhamos pouca disponibilidade para o debate, senão vejamos: nós conseguimos estar aqui a defender o certo e o seu contrário, conseguimos defender a agregação e conseguimos também defender a não agregação. É fácil, embora a agregação seja mais difícil de explicar às pessoas, porque nós (não sei se os senhores deputados fizeram esse trabalho, certamente terão feito; nós na freguesia da Guia fizemos) analisámos os dados, fizemos uns cálculos, olhámos para os Censos, olhámos para uma série de parâmetros.

Há pouco disseram aqui, e todos nós concordamos, que há concelhos que deviam agregar porque são pequenos, não têm escala, e então nas freguesias, não conseguimos fazer isso?

Obviamente, noutras estruturas (ainda hoje ao almoço ouvia dizer que até ao nível da diocese de Coimbra tem havido reorganização), todas estas situações obrigam a uma reorganização.

Há pouco achei engraçada a posição do Jorge Cordeiro que referiu que as freguesias, depois, terão tempo, eventualmente aquelas que entendessem, para se agregar. Infelizmente isto não é nenhuma OPA, não é possível. Qualquer reforma administrativa no passado, sabem como é que foi feita? Foi de cima para baixo, com régua e esquadro e não perguntaram nada a ninguém.

Na última assembleia houve aqui uma intervenção que, para mim, foi muito significativa, foi a do Pedro, que chamou a atenção para um pormenor muito importante. O concelho de Pombal, hoje, é o que é porque no século XIX houve alguém que agregou o concelho de Abiúl, o concelho da Redinha, o concelho do Louriçal e o concelho de Pombal num só e a pujança que hoje tivemos a sorte de viver nas nossas vidas, de assistir e participar, deve-se a essa agregação.

Esta é outra das variáveis que não está aqui em cima da mesa e eu não quero de todo mudar a vossa opinião, quero só apresentar aqui um facto: nós já dissemos às nossas populações que nos próximos tempos não vai haver dinheiro para manter os serviços que as freguesias devem manter? Os tais 80% que disseram e muito bem (se calhar até são mais) que vêm transferidos do orçamento da Câmara para nós fazermos o trabalho que a Câmara devia fazer, com delegação de competências e não só, será que vai existir dentro dos próximos 10 anos? Será que vamos continuar a governar nessa disponibilidade? Não acredito.

Eu estou em final de mandato, muitos de nós também, e eu sinceramente, por muito apaixonado que este tema seja, há aqui uma frieza que nós temos que ter. Há coisas que não vamos conseguir manter e a população não vai perceber.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Alguns dos deputados que estão aqui vivem na cidade de Pombal, nomeadamente, os que não são Presidentes de Junta e, por vezes, não percebem a dimensão do funcionamento das freguesias.

Há uma parte da alma das freguesias que se deve ao órgão executivo, mas a sua importância cultural, histórica, recreativa, deve-se às pessoas, às forças vivas. Uma junta não transforma nada.

Eu disse aqui, neste espaço, que se a freguesia da Guia, da Ilha e da Mata Mourisca, voltassem ao processo anterior (e eu compreendo que é difícil para os meus colegas apresentar este tema à população), ainda éramos mais pequenos que a freguesia do Carriço.

E se eu for aqui comparar outros números, vamos chegar a conclusões terríveis. Por isso, eu julgo que hoje, dia 14 de Outubro de 2012, nós estamos aqui perante um facto um pouco precipitado, não há tempo. Estamos aqui numa assembleia às 5h00 da tarde de um domingo, porque não temos tempo. E não tivemos tempo para falar com as pessoas de cabeça fria, perante os números frios que aí vêm para a próxima década. É disso que nós estamos a falar. Não estamos a falar para o nosso papel de continuar a ser Presidentes de Junta. Por isso eu julgo que há aqui uma oportunidade perdida, ou talvez não, depende da forma como este assunto será agarrado na Assembleia da República.

Acreditem que para nós prestarmos um serviço à população, e eu espero que a freguesia que estiver a administrar o território onde eu vivo, mantenha e até aumente os serviços, porque a distância a que nós estamos da sede do Concelho não lhe permite prestar esses serviços, tem de ser através das freguesias, e sozinhos não há recursos nem humanos, nem financeiros, nem materiais.

Um pequeno exemplo: a Oeste seria impossível criar um quartel de bombeiros na Guia, foi possível fazê-lo a três e há outros projetos no nosso parecer. Nós já somos geridos administrativamente por outras entidades, supra freguesias: Ao nível da educação, Guia, Ilha, Mata Mourisca e Carriço são geridos pelo agrupamento de escolas da Guia; ao nível da segurança pública temos a Guarda Nacional Republicana, Posto Territorial da Guia, que abrange Guia, Ilha, Mata Mourisca, Louriçal, Carriço e Carnide. Na área dos cuidados de saúde a unidade de saúde da Guia coordena Guia, Ilha, Mata Mourisca e Carriço. Na área do socorro e proteção civil, o quartel da 5ª companhia dos bombeiros voluntários de Pombal, Guia, Ilha e Mata Mourisca. Outros exemplos haveria para dar aqui.

Nós hoje não vamos decidir nada, eu compreendo a posição dos meus colegas: o Carlos Domingues, Presidente da Junta de Freguesia da Ilha, o António Fernandes e as suas assembleias de freguesia. Tenho aqui o meu presidente da Assembleia de Freguesia e nós estamos solidários com esse sentimento, mas, ao contrário de vós, temos uma experiência recente que ainda não fugiu da nossa memória. Vivemos juntos os três na freguesia, onde a sede da Junta de Freguesia é hoje, era a sede da Junta de Freguesia da Mata Mourisca. O último presidente de Junta a três era um homem da Mata Mourisca – José Lopes. Eu ontem estive com o seu secretário, que era um homem da Ilha, o António do Carmo. Ainda hoje passámos à porta do tesoureiro, que era o Senhor António Nicolau da Guia.

Já disse isto, as populações haverão de encontrar soluções para se fazerem representar, e acreditem que cada lugar mantém a sua identidade e com uma vantagem: é que depois o dinheiro será gerido por todos, o pouco que há, e isso terá que ser feito a essa economia de escala.

Da mesma forma, concordamos com o acabar com alguns concelhos agregando-os, porque não têm escala.

Os dados estão aí, façam simulações, e tentem abstrair-se desta paixão, porque isto realmente é um tema muito difícil, facilmente se transforma num caldeirão que não tem como ser parado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ninguém quer isso. Temos que ser todos extremamente responsáveis para as populações não se revoltarem, porque os nossos argumentos tenderão para algum populismo, para justificar a manutenção. Atenção, isto tem a ver com dinheiro, tem a ver com gestão, só isso. Não confundam com mais nada.

O Guiense, quando jogar contra o Mata Mourisqueuse, contra o Ilhense ou com a Moita do Boi será um derby local; ainda hoje tive o prazer de saber que o Guiense ganhou pelo menos quatro a zero ao Sport Lisboa e Marinha. Essa identidade manter-se-á.

Os ranchos folclóricos que nós temos na Ilha, na Guia com dois nos Antões, e na Mata Mourisca manter-se-ão, o mesmo se passa com as filarmónicas.

As forças vivas manter-se-ão e isso é que dá identidade às comunidades. Por isso, senhores deputados, senhor presidente, eu espero que as decisões que venham da equipa técnica sejam compreendidas e, depois com o tempo que ainda admirá, todos tenhamos tempo para assimilar e até ajudar a melhorar alguns aspetos. Ninguém está contra ninguém, nem a Guia quando se disponibilizou para agregar com a Ilha e a Mata Mourisca, é contra as posições das pessoas. É preciso termos tempo para o contraditório, explicar às pessoas o porquê, quais são as faltas de meios reais que eles vão sentir na gestão do dia-a-dia das freguesias. Era interessante perceber se o município vai poder, no próximo ano por exemplo, no próximo mandato, manter as transferências, manter os acordos para que as Juntas de Freguesia possam exercer como até aqui.”

Guilherme Domingues, cuja intervenção se transcreve:

“Na última Assembleia Municipal tive ocasião de transmitir aquilo que era, efetivamente, a minha posição, de forma exaustiva, relativamente a esta temática. Nessa mesma Assembleia, o meu companheiro Rodrigues Marques afirmou subscrever na íntegra as palavras que eu proferi. Hoje eu subscrevo na íntegra as palavras que o meu companheiro Presidente de Junta da Guia aqui trouxe a esta Assembleia.

Quero apenas acrescentar dois pontos: efetivamente, a freguesia de Santiago de Litém manifestou-se favorável à agregação de freguesias. Fê-lo em Assembleia de Freguesia, por unanimidade. Quero dizer que fizemos, no âmbito e no contexto da Alitém, diversas reuniões de trabalho, conversámos e não houve condições para que esta mesma posição fosse acompanhada nas demais freguesias da Alitém.

No entanto, isso não quer dizer que nessas mesmas freguesias não exista um espírito de comunhão de esforços e de necessidades para melhor gerir o território do Concelho de Pombal, naquela zona.

Efetivamente, aquela é a zona do Concelho de Pombal mais deprimida, é a zona com mais carências, e a minha posição pessoal é exatamente esta: seríamos seguramente mais fortes se estivessemos juntos em vez de continuarmos divididos. Pombal, freguesia, tem 100 km² e 17.000 eleitores. Nós vamos continuar a ter 2.000 eleitores.

Bem sei que para muita gente é importante e muito positivo que esta divisão continue a acontecer, que continue a haver freguesias com mil e poucos eleitores, com pouco peso político, com pouca capacidade, com poucas possibilidades de afirmação, com pouco poder e capacidade de reivindicação.

Isto significa que nos vão continuar a impor este tipo de lógica e este tipo de situação.

Em determinada altura da nossa história foram criadas novas freguesias, e nessa fase da nossa história isso foi um motor para o desenvolvimento, mas também já foi aqui dito que foi em momentos de agregação que nós, concelho de Pombal, ganhámos a pujança que temos hoje.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Não sou, de facto, dogmático, no entanto, teria preferido que a decisão fosse tomada de uma forma consciente, com um conjunto de princípios e de compromissos estabelecidos para o governo futuro destes territórios, do que esta decisão venha a ser tomada por uma Unidade Técnica ou por uma Assembleia da República, em Lisboa. Aí também nos não vão ouvir, aí ninguém nos vai perguntar a opinião.

A realidade é esta: se nós tivéssemos tido, de facto, condições para estabelecer aquilo que seriam os princípios de entendimento para esta união de esforços, não tenho dúvidas que teríamos condições para ter uma autarquia no sul do Concelho de Pombal para dinamizar e desenravar aquele território.

Como disse o Manuel António, estamos de saída. No próximo ano entregamos a chave a outras pessoas. E digo-vos que aquilo que menos gostava era de entregar a chave a alguém para exercer um mandato como eu tive que exercer, ou em condições ainda piores. E não tenham dúvidas, quem vier atrás de nós vai ter muitas, mas muitas mais dificuldades, porque a população está a sentir essa dificuldade e vai sentir mais, mas as autarquias vão senti-las também, e não adianta estarmos a dizer que vamos ser melhores ou vamos estar muito melhor sozinhos ou isolados.

De facto, não sendo possível esta pronúncia por parte da Assembleia Municipal, há uma demissão da nossa parte. Em vez de três freguesias, a Lei diz que terão de ser extintas quatro no Concelho de Pombal e, efetivamente, poderia ter sido ponderada uma melhor organização do território do Concelho de Pombal. A Unidade Técnica provavelmente não o vai fazer. A Unidade Técnica cumprirá os requisitos que se impõem: reduzir quatro freguesias e fá-lo-á segundo aquilo que melhor entender. No entanto, nós vamos estar cá para viver essa realidade.

Aquilo que eu quero dizer é que continuarei, enquanto for autarca, a manter toda a disponibilidade para com as populações e com os autarcas das freguesias confinantes, numa eventual situação de agregação, para que, no contexto da minha freguesia com essas freguesias, haja princípios de entendimento, de forma a que esse tipo de agregação venha a funcionar em benefício das populações.”

Rodrigues Marques, que fez a seguinte intervenção:

“A minha posição sobre aquilo que estamos hoje aqui a discutir é conhecida, portanto, não acrescento mais nada. O Dr. Guilherme sabe, acompanhou tudo isso. Só que foi ouvida a minha população, foi ouvida a Assembleia de Freguesia e há que respeitar as suas vontades. Fiquei muito triste com o que hoje aqui se passou, porque os elementos da Bancada do Partido Socialista tentaram linchar politicamente o nosso deputado Pedro Pimpão. Eu só admito isso por ignorância, pura e dura. Se algum dia tivessem passado pela Assembleia da República, ficavam com a noção exata de que os deputados, quando são eleitos pelos círculos eleitorais, têm acento no hemiciclo, na sala do senado e nas comissões como deputados da nação.

Fica-vos muito mal, mesmo de uma ignorância política atroz, que digam que condicionam o Pedro Pimpão a votar a, b ou c. Não têm legitimidade nenhuma, além da pura ignorância acerca do funcionamento daquele órgão de Estado, e portanto, eu agradecia que fizessem o favor de, ou assumirem a vossa ignorância, ou retirarem as afirmações que fizeram.”

Joaquim Branco, cuja intervenção se segue.

“Eu li no jornal a entrevista do Senhor Presidente da Câmara e desde já quero aderir à sua posição de que a Câmara, neste caso o Município não tem legitimidade, e que se deveria ouvir os fregueses.

Culpa-se aqui a Troika. Vou citar, não copio ninguém, o antigo líder do PCP, Carlos Carvalhas, “medidas completamente fraccionárias que em nada vão respeitar, aumentar os direitos dos cidadãos.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Troika não sabe o que se passa em Portugal. Os Estados Unidos não sabem o que se passa em Portugal, eles tiveram alguém que os informou concretamente. Esta lei, quem é que a fez? Como é que ela foi feita? O Presidente da República deveria ter pedido a fiscalização preventiva da sua constitucionalidade, as freguesias desiguais estão a ser tratadas de forma igual e diz a constituição “igual de forma igual e desiguais de forma desigual”. Isso é que seria uma verdadeira reforma administrativa. Com pressupostos, carâcteres e uma dedução lógica. Isto aqui é o básico. É a lei de Aristóteles.

Eu estou contente de ver aqui o deputado Pedro Pimpão, só lamento que a ilustre Professora Catedrática, Teresa Morais, não esteja aqui. Eu sinto que os políticos nunca mais aprendem.

Um dos fundamentos do 25 de Abril foi trazer crescimento às aldeias e, através das freguesias e da sua divisão, trouxe ainda mais desenvolvimento.

Este governo não prometeu que iria extinguir freguesias. Eu sou parte ilegítima, eu não tenho legitimidade para contrariar uma coisa que não foi prometida ao povo. Isso é voltar ao passado, à traição que foi feita em 1383/1385. É a chamada demagogia, usar as palavras, alterar os fatos.

Uma das bases quando entrámos para a CEE era o princípio da subsidiariedade que era aproximar o poder às populações. E aí estavam as freguesias. Aluno que não falasse assim estava chumbado. Onde é que isso foi parar? Está esquecido.

Só gostaria, para terminar, de dizer o seguinte:

Eu penso que nós vivemos num sistema democrático. A democracia que eu quero elogiar, implica a consulta ao povo. Só lamento é que os políticos não tivessem tido a coragem de alterar a Constituição da República. Eu quero elogiar os Presidentes de Junta que tiveram a coragem de fazer assembleias participativas em que ouviram o povo e este decidiu.

Em função disto, a minha opinião é votar contra qualquer agregação, porque esta lei não tem qualquer legitimidade e é de pedir a fiscalização, a constitucionalidade da mesma porque, a meu ver, viola o artigo 13.º.

Foi uma luta e uma conquista das populações. Pombal é um caso “sui generis” do país, e não pode ser tratado tal e qual como qualquer outra zona, nem qualquer cidadão do interior que, durante mais de mil anos, defendeu as fronteiras à enxada e à forquilha. Houve uma sociedade com classe que sempre teve este poder, eu sinto que o povo está a ser roubado, estão a tirar-lhe o poder ao mexer nas freguesias.

Vou votar contra. É um princípio básico.”

Leovigildo Fernandes, que fez a intervenção abaixo:

“Sou Presidente da Junta Freguesia do Carriço. Este é o meu último mandato, imposto pela lei, e muito bem. Acho que deve haver limites de mandatos. Podia ficar calado mas não o vou fazer, mesmo correndo o risco de ser acusado de politicamente incorrecto. Deixem-me que vos diga que houve aqui algumas intervenções que me suscitaram prazer por estar sentado, aqui, nesta Assembleia.

Falo na intervenção de Dr. João Coelho, do Ilídio da Mota, do meu colega Carlos da Ilha, do Eusébio e do Dr. Joaquim Branco. São pessoas que estão a desempenhar o papel para que foram eleitos. Defender os cidadãos que os elegeram.

Nós, antes de sermos filiados num partido, ou sermos um candidato independente, fomos eleitos pela população do Concelho de Pombal, e é isso que nós temos que defender hoje, nesta Assembleia. Nós não podemos debater este assunto por um prisma político, carreirismo político ou outros interesses que eventualmente advenham das decisões que se tomam.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu hoje vinha convicto que o dia 14 de Outubro iria ficar como um marco histórico no Concelho de Pombal, queria ver as duas bancadas sentadas na mesma plataforma a defender quem as elegeu e, lamentavelmente, isso não aconteceu.

Houve intervenções pura e simplesmente de carisma político, isto é inadmissível.

Eu, como milhares de portugueses, sinto-me triste, revoltado pelo tipo de políticos que nós temos no nosso país. Não gostaria de ver em Município nenhum esse flagelo, essa virose que está entranhada no Terreiro do Paço.

Na Assembleia de Freguesia do Carriço votámos contra esta lei, esta tentativa de decisão, independentemente de podermos ter algum peso ou não, nós não podemos sufragar de forma positiva um processo que não é claro. Um processo que nos diz que nós vamos ter redução de custos, quando nós sabemos que o que vai acontecer é precisamente o oposto, vamos ter mais despesa pública, ou então alguma coisa está a ser escondida e não querem que venha para a opinião pública. Isto não pode acontecer.

Há bem pouco tempo nós assistimos, meus Senhores, a um aumento do número de vereadores nas Câmaras do nosso país. Só quero chamar aqui a atenção do seguinte: o vencimento de dois vereadores consegue ser superior ao vencimento de quatro executivos das nossas Juntas de freguesia. Alguma coisa está mal. Se a contenção é a todos os níveis, então que a contenção seja aplicada a todos os níveis.

Eu não posso deixar de referir que o principal ponto de apoio da população portuguesa são as juntas de freguesia. E lá que vão 24 horas por dia. Não há segundas feiras, não há domingos, não há feriados, não há coisa nenhuma.

Em campanha eleitoral andamos a defender o princípio da defesa dos cidadãos que nos elegem, é esse princípio que tem de transparecer para a Assembleia Municipal e para as Assembleias de Freguesia e não é isso que estou a ver.

Os partidos políticos lembram-se de nós 90 dias antes do ato eleitoral, porque a partir daí esqueceram-se que as Juntas de Freguesia existem, e não venham cá dizer que é o contrário porque é a realidade. Depois disso esqueceram, não há mais ninguém que se preocupe com o interesse do Zé da esquina, do Manuel, do António, ou se a população tem ou não tem os serviços. Corta-se na educação, corta-se na saúde, que é o principal pilar da estrutura de um país.

Aumenta-se o apoio às parcerias público privadas, dá-se milhões de euros para defender os desvios financeiros da banca e ninguém tem coragem para dizer basta. Porquê? Porque há um interesse político.

Tenho pena que o 14 de Outubro não tenha ficado como um marco histórico no Concelho de Pombal.”

Odete Alves, que fez a intervenção abaixo:

“Depois das várias intervenções das duas bancadas e não obstante algumas intervenções de cariz puramente político, parece que, e corrija-me, Dr. João Coucelo, se eu estiver errada, que não obstante os fundamentos possam ser divergentes ou possam ter alguns a acrescentar àqueles que nós apresentámos, parece-me que a posição da bancada do PSD é também votar contra a agregação de freguesias.

O que quer dizer, se for essa a posição da bancada do PSD, nós propomos - até para que se haja esse marco histórico que foi agora mesmo anunciado pelo Senhor Presidente do Carriço -, a apresentação de uma proposta conjunta, com o reforço de todos os deputados que queiram aderir, e submetermos essa mesma proposta à votação.”

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

Vou procurar não ser longo, responder à Dra Odete e também tentar explicar que o que nós estamos hoje a discutir, não é um assunto meramente de política partidária.

Alguém anda distraído, alguém da Bancada do Partido Socialista fez algumas afirmações, mas eu não vou entrar em polémicas. A sua alma mater política anda distraída há 10 anos e abstraiu-se de uma realidade que nos levou àquilo que estamos hoje a passar. Não são os erros do passado que desculpam os erros do presente.

Vamos pôr os pés na terra e discutir o problema real, que foi aquilo que nos trouxe aqui. Não é perda de tempo, não vir aqui é que era não tomar uma posição. Estamos aqui para tomar uma posição, qualquer que ela seja.

Silves deliberou contra a agregação ou extinção de freguesias (PSD); Abrantes deliberou não se pronunciar sobre a reorganização administrativa; Fafe aprovou a redução; Santiago do Cacém rejeitou a extinção ou agregação; Santa Maria da Feira, reduz de 31 para 21 freguesias; Penamacor, a manutenção das 12 freguesias, pedindo a reponderação da Lei sobre a reorganização administrativa; Torres Vedras decidiu manter as atuais 20 freguesias; Oliveira de Azeméis decidiu não se pronunciar sobre a reestruturação do Concelho e agregação das atuais 19 freguesias; Braga com 62 freguesias, aprovou a manutenção com os votos do PS, CDU, BE, PPM e presidentes de junta do PSD; Paços de Ferreira (PSD) a redução de 4 freguesias.

O que me parece é que isto não é um problema de política partidária, e quem tentar reduzir esta questão, aqui neste órgão, a uma posição de política partidária, está enganado, está distraído, independentemente de eu reconhecer que todos nós, dentro de cada uma destas bancadas, não partilhamos exatamente das mesmas opiniões, senão elas não se teriam refletido da forma como se refletiram nesta Assembleia. Alguém não viu bem aquilo que era a Moção apresentada pelo PSD (e isto diretamente para o Ilídio da Mota, é o único que eu vou citar).

Os senhores presidentes de junta pronunciaram-se e que eu saiba deixaram nos documentos que lhes foram entregues e que me foram entregues a mim, a sua posição: houve uma rejeição pela maioria das Assembleias de Freguesia de qualquer proposta de fusão, agregação ou outra.

Eu disse no princípio que nós estávamos aqui para respeitar a vontade popular. E isso quer dizer alguma coisa.

O documento que foi entregue a todos vós, naturalmente compromete uma tomada de posição da bancada nesta Assembleia Municipal, relativamente ao que devemos fazer.”

De seguida leu a proposta da Bancada do PSD, a qual se passa a transcrever:

- *“O PSD de Pombal, após a entrada em vigor da Lei 22/2012, de 30 de maio, desenvolveu várias reuniões e sessões de esclarecimento com executivos e Assembleias de Freguesia do Concelho de Pombal, no sentido de prestar os esclarecimentos necessários e acompanhar os autarcas de Freguesia neste processo de reorganização administrativa do concelho de Pombal;*
- *O PSD de Pombal agradece a todos aqueles que se envolveram neste processo público de análise das vantagens e desvantagens do processo de agregação de órgãos autárquicos no Concelho de Pombal;*
- *O PSD de Pombal reprova qualquer tipo de discurso atentatório ou minimizador do trabalho altamente meritório e indispensável desempenhado pelas freguesias e seus eleitos;*
- *O PSD Pombal reconhece e salienta que os autarcas são aqueles que mais próximo estão da população que servem e da resolução dos seus problemas, devendo merecer a máxima consideração de todos os cidadãos;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *O PSD Pombal destaca a importância dos autarcas de Freguesia para o desenvolvimento harmonioso e integrado do concelho de Pombal, verificado nas últimas décadas;*
- *O PSD Pombal considera que a presente reforma territorial não pode ter como objetivo principal a redução da despesa pública, dada a reduzida expressão financeira dos orçamentos das Juntas de Freguesia;*
- *O PSD Pombal condena o facto desta iniciativa, que se refere à organização do território e que visa “reduzir significativamente o número de autarquias locais”, nos termos do Memorando de Entendimento rubricado com a União Europeia, BCE e FMI, que compromete o Estado Português, ser aplicável imperativamente às freguesias e facultativamente aos municípios;*
- *O PSD Pombal considera que devia-se ter ido mais longe e promovido igualmente a agregação de alguns municípios que, fruto da sua reduzida dimensão, se encontram em situação financeira muito difícil e que, objetivamente obteriam ganhos de gestão com a fusão de serviços e demais recursos com municípios contíguos;*
- *O PSD Pombal exorta o Partido Socialista que, tendo negociado o Memorando de Entendimento e introduzido o compromisso de “reduzir significativamente o número de autarquias locais”, a assumir neste processo, uma postura responsável e que respeite o teor das deliberações dos competentes órgãos autárquicos;*
- *O PSD Pombal considera da maior importância a introdução de um novo regime jurídico de atribuições e competências das autarquias locais, que reforce as competências próprias dos órgãos das freguesias e amplie as competências delegáveis previstas na lei;*
- *O PSD Pombal considera importante este reforço de competências das Juntas de Freguesia e a efetiva promoção dos princípios da descentralização e da subsidiariedade que dignificam e valorizam a autonomia do poder local;*
- *O PSD Pombal valoriza o princípio da participação das autarquias locais na concretização da reorganização administrativa dos respetivos territórios, previsto na Lei 22/2012, de 30’ de Maio e é em obediência a este princípio que o PSD acompanha a posição assumida pelas Assembleias de Freguesia e pela população do Concelho de Pombal;*
- *O PSD Pombal, verificada a impossibilidade de entendimento entre as freguesias no concelho de Pombal, apela a que, no quadro da decisão da Unidade Técnica Independente, seja garantida a manutenção do nível de serviços públicos prestados nas atuais sedes de freguesia e que seja preservada a identidade sociológica e histórico-cultural de cada freguesia, incluindo a manutenção dos símbolos das atuais freguesias;*
- *Por último, o PSD Pombal considera que a reorganização administrativa do território deve ser vista a longo prazo, com virtualidades para abrir um novo ciclo no poder local, de desenvolvimento económico-social, baseado na possibilidade destas novas entidades atraírem mais e melhor investimento público e privado para os seus territórios, e assente numa maior capacidade de intervenção das nossas Juntas de Freguesia, que têm uma importância inestimável na nossa estrutura democrática.*

Nestes termos, sendo que, de acordo com o disposto no artigo 14.º, n.º 1, b) da Lei 22/2012, de 30 de maio, caberá à Unidade Técnica Independente apresentar uma proposta concreta de reorganização do território do município.

Propõe-se à Assembleia Municipal de Pombal que,



MUNICÍPIO DE POMBAL

- A. *Sejam remetidos à unidade Técnica Independente todos os pareceres emitidos pelas Assembleias de Freguesia do Concelho de Pombal, bem como, seja igualmente enviado o parecer aprovado pela Câmara Municipal de Pombal em reunião de 12 de outubro de 2012;*
- B. *No quadro de decisão da Unidade Técnica Independente, seja garantida a manutenção do nível de serviços públicos prestados nas atuais sedes de freguesia e que seja preservada a identidade sociológica e histórico-cultural de cada freguesia, incluindo a manutenção dos símbolos das atuais freguesias.”*

De seguida disse estar disponível para conversar com a Dra. Odete Alves e para, com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ter uma pequena reunião, de forma a tentarem chegar a um entendimento.

António Fernandes, cuja intervenção se segue.

“Eu pensava que a maior parte dos presidentes de junta não se pronunciavam hoje, porque a pronúncia já tinha sido feita pelas assembleias de freguesia e não vinha a fazer conta de intervir, porque a pronúncia da minha assembleia de freguesia já tinha sido dada e é do conhecimento das pessoas. Mas para as pessoas não ficarem com dúvidas, a minha opinião é a mesma que a da assembleia.

Só queria dizer ao Manuel António o seguinte: As pessoas que votaram agora na Assembleia de Freguesia da Guia não tinham conhecimento da reforma que tinha sido feita no século XIX, porque se se tivessem apercebido da reforma do século XIX, não teriam andado de porta em porta para pedir a desagregação.

Queria também fazer uma pergunta a esta Assembleia e à Câmara Municipal.

No caso de haver um parecer da Unidade Técnica, qual é a posição da Câmara e da Assembleia perante essa situação? Gostaria de saber se ficamos só a olhar para a decisão tomada e daí lavamos as mãos porque foram os outros que decidiram, ou se vamos todos juntos defender a posição que hoje sair daqui? Qual será depois a reação das pessoas à decisão que a Unidade Técnica irá tomar?”

Tiago Galvão, que interveio como se segue:

“Queria dizer algumas coisas, porque a nossa bancada é continuamente alvo de acusações e não gosto que as coisas fiquem mal percebidas.

Vou responder ao Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Albergaria dos Doze.

Senhor Rodrigues Marques, não retiro aquilo que disse, pois acho que, por dever representativo, consciência, lealdade e princípios, cada deputado, seja da Assembleia Municipal, seja da Assembleia da República, deve votar em consciência, deve representar claramente os seus eleitores, não representando quaisquer pressões políticas, não representando quaisquer outras pessoas que não tenham sido aquelas que o elegeram. O Senhor Presidente da Junta de Albergaria dos Doze terá que estudar bem o conceito de ignorância, porque não admito que essa nos seja imputada, pois poderá constatar que o que aplica a si não é ignorância, é inocência forçada.

O Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Senhor Manuel António, falou muito, mas a proposta da sua Assembleia de Freguesia é clara: só aceitam a agregação das freguesias da Mata Mourisca, Ilha e Guia, se a sede da freguesia for na Guia. Isto é bairrismo. O que revela que o Senhor está a ser cínico no seu discurso e não revela todas as suas verdadeiras intenções.

O deputado Pedro Brillante não está consciente do funcionamento da aprovação da agregação de freguesias, mas eu vou tentar esclarecer dentro do meu conhecimento, que não é de direito.

Serão os Deputados da Assembleia da República que decidirão aceitar ou não a proposta da comissão técnica, depois de ter vindo à assembleia municipal e de ter sido apreciado por este



MUNICÍPIO DE POMBAL

órgão. O deputado Pedro Brilhante não está a ser politicamente honesto, pois se quer uma agregação de freguesias, ainda não apresentou qualquer proposta. Queria lembrá-lo que votou sempre a favor dos orçamentos municipais, que definiam a estratégia de estabelecimento dos equipamentos pelas freguesias, ora aqui poderia ter começado por votar contra, por achar que alguns equipamentos, por exemplo, em vez de serem exclusivos de uma freguesia só, poderiam funcionar para grupos de freguesias. Não foi o que aconteceu. Portanto, o que está aqui a apresentar é pura demagogia. Existe aqui, claramente, por parte do deputado Pedro Brilhante, uma cobardia política, pois não assume o quer e o que diz.”

Ilídio da Mota, que fez a intervenção abaixo:

“Eu queria referir que estou aqui, como sempre estive, para votar as melhores propostas. Não por ser simpático a um partido ou a outro. Isto em primeiro lugar.

Tenho que dizer que no Concelho de Pombal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Narciso Mota, tem feito um excelente trabalho e, graças a esta metodologia e à sua estratégia, as freguesias estão como estão. Deve ser muito duro para o Presidente da Câmara ver as freguesias a fechar as portas.

Sobre a questão que o Senhor Dr. João Coucelo referiu, eu li o papel, não fui apanhado aqui na curva sem o ter lido, como disse o Senhor deputado Fernando Carolino. Eu li o documento, e este documento tem aqui três pontos com os quais eu não concordo porque dão a entender que poderá haver uma agregação. Se houver a Unidade Técnica, se a lei avançar, sim senhor, mas eu estou em crer, sou uma pessoa de fé, que esta reforma administrativa vai para o caixote do lixo, como foi o documento verde.

O que eu queria, era que saísse daqui, foi o que eu disse há pouco, de uma forma clara e inequívoca, e é isso que eu quero votar, que esta Assembleia é contra a agregação ou a extinção de freguesias no concelho de Pombal, vocês podem querer e podem votar, estamos em democracia. Estão aqui várias linhas que dão a entender que poderão vir cá, eu não quero votar este documento.

Também dizer aqui outra coisa que o Dr. João Coucelo já disse, na primeira intervenção que fez, que diz que no Memorando de Entendimento da Troika está escrito: “aplicável imperativamente às freguesias e facultativamente aos municípios”. Não é isto que está escrito no memorando que foi assinado pelos 3 partidos. O que está lá escrito é a extinção significativa de autarquias, porque alguém quis misturar tudo no mesmo saco. É preciso que isto fique claro. A lei que o Governo e a Assembleia da República votaram é que diz, “extinguir freguesias e facultativamente municípios.” Foi a Assembleia da República e este Governo que fizeram isto. Não é o Memorando. Acho que o devemos respeitar, foi assinado, devemos cumprir os compromissos que nós temos. Esta lei podia ser diferente, podia ser bem feita, esta lei diz 25%, isto não é nada, é zero, toma todas as freguesias e concelhos por iguais e há grandes diferenças como eu há pouco referi.”

André Coelho, que referiu o seguinte:

“Eu tive a oportunidade, esta semana, de assistir a uma palestra por parte de um professor de Direito, que estava a falar de teoria geral de Direito Civil e, pronunciando-se sobre Personalidade Jurídica referia que esta era atribuída à nascença de uma pessoa e terminava quando ela falecia.

Acrescentou que os políticos, a partir do momento em que se tornavam políticos, perdiam a sua personalidade jurídica, o que é grave por si, advindo de alguém culto, ponderado certamente, com uma missão pedagógica. Mas o mais grave é que a plateia ria à gargalhada. Achou piada à ideia de que um político perdeu a sua personalidade jurídica.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Isto para dizer o quê? Nós, nesta discussão, estamos a matar-nos enquanto políticos. Isto, com certeza, não é o que os pombalenses querem. Eu gostaria, sinceramente, reforço este pedido, porque também alguns impropérios foram proferidos anteriormente, a bancada do Partido Socialista também terá proferido as suas palavras menos respeitáveis e eu acho que seria de bom tom fazermos um pacto de não agregação nestes termos, tal como eu os ouvi, “oportunismo, amnésia, cobardia”, fomos atacados nestes termos.

Gostaria que, como é óbvio, não tivesse havido uma resposta nos mesmos termos. E gostaria acima de tudo que os pombalenses fossem respeitados para o futuro, partindo do princípio que não entraríamos nessa troca de argumentos.”

Pedro Brillhante, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Para dizer ao Tiago, que não percebo muito bem a noção dele de cobardia ao acusar alguém de cobardia por defender aquilo em que acredita,. A JSD apresentou sempre muitas propostas. Apresentávamos uma proposta se vissemos que existia realmente uma possibilidade de ela ser aprovada ou não, ou pelo menos de ser discutida. Não fazemos aquilo que vocês fazem sempre que é acusar e desmentir e fazer o que é hábito, dizer uma coisa lá fora e dizer aqui outra, completamente diferente. Isso sim é oportunismo político.”

Manuel António, que disse o seguinte:

“Senhor presidente, a intervenção do deputado Tiago Galvão, atribuiu-me o ímpeto de cínico. Foi deselegante, foi desadequado, porque se o Tiago tivesse lido com atenção o parecer, leria que o verbo que está no parecer é “deverá” e não “impõe”. Se o Tiago não manifestasse alguma ignorância histórica, teria lido também no parecer que quando a freguesia da Mata Mourisca englobava a Guia, a Ilha e a Mata Mourisca, a sede da Junta da Mata Mourisca era no exato edifício onde ainda hoje é a sede da Junta de Freguesia da Guia. Manifesta apenas ignorância.

Vou agora responder à pergunta do António Fernandes, felizmente há amizade e respeito mútuo entre os presidentes de junta. Entre mim, o António Fernandes e o Carlos Domingues existe mais do que isso, senão não era possível termos construído algumas coisas e haver as parcerias que há. Dito isto, só quero dizer ao António Fernandes que ele sabe que eu sei que ele sabe que, obviamente, a Assembleia de Freguesia teve em conta esse passado, essa reforma, e também todos nós concordamos que, no passado, termos dividido é importante para cada um de nós conseguirmos algo diferente.

O que estamos a dizer é que já passou esse tempo, estamos a entrar num período da vida das freguesias do nosso país, que nos obriga a unir. E é esse o apelo que a freguesia da Guia fez e para o qual está disponível, como eu manifestei.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que referiu o seguinte:

“Por imperativo de consciência, devo responder ao senhor António Fernandes, distinto Presidente da Junta de Freguesia da Mata Mourisca.

Todas as pessoas que viveram mais de 20 anos antes do 25 de Abril e pertenceram a uma freguesia agregadora que deu origem a outras freguesias, nem, em sonhos, podem perspetivar uma melhoria defendendo a agregação, portanto sou categoricamente contra a agregação das freguesias em Pombal, porque nós temos só 17 freguesias que têm, talvez, mais população e eleitores num contexto de 4259 a nível nacional.

Se a comissão técnica impuser, a nível nacional, a redução das 4 freguesias em Pombal, o povo de Pombal indigna-se, revolta-se, porque isso é injusto. Eu também fico indignado e revoltado. Digo aos partidos políticos: relacionem-se bem, arranjem homens com carácter, com ética, com



MUNICÍPIO DE POMBAL

conhecimento e com sentido de estado, como Sá Carneiro tinha. Há citações dele de 1974, 1976 e 1977, que ainda hoje estão bem presentes.

Não me revejo nesta política e nesta democracia, não é uma democracia de valores, não é uma democracia de respeito, nem é uma democracia de evolução, para dar tranquilidade, esperança e melhor qualidade de vida aos nossos filhos e aos nossos netos.”

João Coucelo, que pediu a palavra para informar o seguinte.

“Estou muito pouco preocupado com muitos considerandos relativamente a isto, porque ficou patente que tenho que votar contra a agregação, respeitando contudo, e isso eu pedi à Dra. Odete que clarificasse mais, os pareceres das assembleias de freguesia que, por sua vez, se pronunciaram no sentido de favorecer a agregação ou junção. É bom não esquecer isto porque houve assembleias de freguesia que se pronunciaram desta forma. Se estamos a respeitar uns temos respeitar outros. E isso é inequívoco.

Maioritariamente há uma posição por muito que isto possa custar a muitos de nós, alguma ginástica que tenhamos que fazer para engolir tanta coisa, mas engolimos tanta coisa mais grave. Esta é de extrema importância para o futuro, no meu entender é um alerta para que se elaborem leis e que se repense o mapa administrativo do país de uma forma mais cuidadosa.

Naturalmente nós estamos a respeitar a vontade expressa da maioria das assembleias de freguesias. A Câmara Municipal fez o mesmo, deu um parecer, não é uma pronúncia porque a Câmara Municipal não diz sim ou não, mas “para bom entendedor meia palavra basta.”

Conceição Anastácio, que interveio da seguinte forma:

“É incrível como os mesmos argumentos podem servir para duas convicções diferentes e duas justificações diferentes. Eu ouvi o texto. O mesmo texto serviu para o Dr. João Coucelo e creio que, muita gente da assembleia, dizer não, a mim faz-me dizer sim. Porquê? Porque eu, no texto, não vejo salvaguardada a posição das freguesias que estão disponíveis para agregação. E não é por estarmos em democracia que as minorias valem menos. Portanto, Portanto, o meu voto, em relação a este texto, será não.”

Odete Alves, que fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente, só para esclarecer a Sra. deputada que nós, aqui, nesta redação mencionamos exactamente isso, que são as deliberações/pareceres das assembleias de freguesia, na sua maioria. Não dizemos que foi a decisão de todas as assembleias de freguesia.

Para além disso, na proposta conjunta que aqui apresentamos também mencionamos que todos os pareceres, não só das que concordaram mas também das que não concordaram, vão acompanhar esta pronúncia, e portanto, a posição dessas assembleias de freguesia, está mais que salvaguardada.”

João Coucelo, que esclareceu o seguinte:

Eu frisei mais de uma vez, que tínhamos que respeitar aquelas que se pronunciaram favoravelmente. Nenhuma das bancadas se vai opor a que fique mencionado que as assembleias de freguesia de Guia e Santiago de Litém se pronunciaram disponibilizando-se para uma eventual agregação. Penso que a assembleia municipal, quando tiver que redigir o texto final, dirá exactamente isto.”

Jorge Cordeiro, que usou da palavra como se segue:

“Depois da intervenção do Dr. João Coucelo e da Dra Odete Alves, quase que não faz sentido a minha intervenção. Antes, estava também confuso quanto à salvaguarda das freguesias que votaram a favor da agregação. No essencial estamos todos de acordo, mas gostaria de salvaguardar isto: as várias intervenções que aqui foram feitas anteriormente e a minha também tiveram como princípio base o respeito por aquilo que as populações e as assembleias de



MUNICÍPIO DE POMBAL

freguesia decidiram. Assim, ainda que fosse só uma assembleia de freguesia em sentido diverso, deve constar do texto.”

João Paulo, que pediu o seguinte esclarecimento:

“Gostava que a Assembleia fosse melhor esclarecida sobre quais as alternativas a esta proposta, ou seja, penso que esta assembleia podia simplesmente não se pronunciar, em vez de enviar uma decisão que diz “não” e em anexo mandar os pareceres das assembleias de freguesia. Não podíamos simplesmente não nos pronunciar e enviar, da mesma forma, os pareceres das assembleias de freguesia?”

O Senhor Presidente da Assembleia, referiu o seguinte:

“O Dr. João Paulo tem toda a razão no que diz, resulta da interpretação da Lei. Mas na sequência de muitos diálogos dessa natureza, é que se fez a reunião dos líderes de bancada. Aquela proposta foi aprovada por unanimidade e por aclamação.

O ponto está agendado como pronúncia e, como tal, a assembleia tem que falar sobre a pronúncia, a não ser que retire o ponto da ordem de trabalhos e faça outra assembleia extraordinária.”

Pedro Brillhante que colocou a seguinte questão:

“A assembleia não poderia optar pela não pronúncia?”

Neste caso, optando por um documento que diz expressamente que não queremos a agregação, não poderia votar a favor desta proposta. Será essa a posição da JSD.”

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** usou da palavra para responder o seguinte:

“Consulte o artigo 15.º se votar contra, emita um parecer de desconformidade. As 4 freguesias que se dispuseram a agregar, onde é que as coloca? Como é que iríamos fazer uma não pronúncia? Dizendo apenas que houve uma desconformidade? Não podemos esquecer que houve aqui muito trabalho.”

João Coelho, cuja intervenção se transcreve.

“Para respeitar a posição das 4 freguesias que estariam na disposição de se agregarem, gostaria de pedir ao Senhor Presidente, tanto quanto possível, que fizesse a transcrição dessa vontade para o documento que, espera-se, vamos aprovar, mas que fizesse essa transcrição fazendo jus ao que foi dito por essas assembleias de freguesia, de que estariam na disposição de presenciar um momento de agregação, não envolvendo diretamente a sua freguesia. Isso, de alguma forma, também reflete a não possibilidade de fazer agregação de freguesias em Pombal, porque não há nenhuma perspectiva de cedência visível por parte das freguesias, mesmo aquelas que estão a favor do processo.”

João Coucelo, cuja intervenção se segue:

“Só queria dizer o seguinte, relativamente ao que disse o Pedro Brillhante. Claro que a Câmara podia não se pronunciar e essa seria uma intenção mais fácil, do ponto de vista político. Era uma não pronúncia, mas havia uma deliberação da assembleia municipal, remetiam-se estes documentos à Unidade Técnica, etc.

Respeitámos a vontade da maioria que disse não. Respeitámos uma posição da Câmara, que não disse não nem sim, mas é quase não. De qualquer das formas, foi uma posição por unanimidade. O partido socialista, na reunião do executivo, foi solidário com os membros do PSD e tentámos fazer um exercício que minimizasse alguns danos, porque qualquer que fosse a nossa votação aqui iria haver danos, mais de um lado que do outro.

Penso que assumimos aqui uma posição que, para todos os efeitos, respeitou a vontade da maioria das freguesias e a vontade da minoria ficará expressa no documento que, espero eu, vai ser aprovado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Fernando Carolino, que fez a intervenção seguinte:

“Caros membros desta assembleia, fazendo um breve resumo daquilo que temos aqui tentado fazer, a mim, Dr. João Coucelo, pouco me importa se vai haver perdas do PSD ou perdas do PS: A mim o que interessa é que efetivamente o concelho de Pombal e a sua população saíam dignificados. A mim pouco me importa que o partido socialista de Pombal possa vir ganhar qualquer tipo de vantagem eleitoral ou que o PSD possa vir também a ganhar essa vantagem eleitoral. Aquilo que nós aqui procurámos fazer foi respeitar todo o concelho. Pronunciaram-se 17 freguesias; 13 delas disseram que não, 4 delas disseram que estavam disponíveis. É isso que está vertido naquele documento. Agora, se extramuros do concelho de Pombal, alguém vai ser prejudicado ou alguém vai ser beneficiado, esse não é o nosso maior problema. O nosso maior problema é saber como é que vamos aqui continuar a dignificar, uns com uns argumentos, outros com outros, aquilo que pugnamos para o futuro.

Efetivamente, esta reorganização territorial, da forma como está apresentada, suportada nesta lei, não interessa, nem ao concelho de Pombal, nem ao PS nem ao PSD. Interessa sim que se olhe para o futuro, que se procure uma outra configuração para que muitos de nós, que aqui defendemos a reorganização territorial, possamos encontrar na população de Pombal algo que ela anseie, e que procure, no futuro, ter um melhor desígnio.

Senhor Presidente da Câmara, quero dar-lhe os meus sinceros parabéns pela forma como o senhor hoje aqui se comportou perante todos nós, porque o seu grito de alerta para todos nós, para dentro do seu partido, para dentro do meu partido, para todos os pombalenses, foi com toda a certeza, nestes últimos anos, um ato de muita coragem. Chamou a atenção para que o que mais interessa neste concelho são as pessoas de Pombal, é aquilo por que nós pugnamos há muitos anos: é não fazer carreirismo político, é não procurar andar aqui e acolá a negociar um lugar onde ficar.

O que nós desejamos, no concelho de Pombal, é que as pessoas tenham qualidade de vida, é que as pessoas possam orgulhar-se de ser de um concelho que pode vir a ser uma luz dentro de Portugal.”

Terminados os assuntos da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por finalizada a sessão, eram vinte e duas horas e vinte minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: